



A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES PRETAS NO BRASIL: HISTÓRIA E RACISMO ESTRUTURAL

Jéssika Aparecida Santos Ferreira¹

²RESUMO: Objetivamos analisar como o racismo e o sexismo estruturaram o encarceramento das mulheres pretas ao longo do tempo. O foco está na interseção de raça, gênero e classe, mostrando como a criminalização desses corpos começou no período colonial e persistiu até os dias atuais. A marginalização dessas mulheres foi reforçada após a abolição da escravatura, quando passaram a ser alvo de políticas que as excluíram socialmente, perpetuando sua vulnerabilidade ao sistema penal. Além disso, o estudo investiga os discursos midiáticos que muitas vezes reforçaram estereótipos racistas e sexistas ao retratar as mulheres negras como criminosas ou socialmente desajustadas. Esses discursos legitimaram a criminalização dessas mulheres, consolidando uma narrativa que associa a pobreza e a raça à criminalidade. A investigação mobiliza uma abordagem qualitativa, analisando documentos históricos como registros prisionais, reportagens da imprensa e estudos acadêmicos; e quantitativa para o cotejamento da quantidade de mulheres brancas e negras nas prisões. A metodologia inclui também uma análise de conteúdo de notícias, buscando compreender o funcionamento discursivo que sustentou a marginalização das mulheres negras no sistema prisional. Com base nas teorias de poder (Foucault, 2010; 2014), interseccionalidade (Akotirene, 2023) e feminismo negro (Davis, 2024), esperamos descrever e analisar a conservação discursiva da criminalização racial e de gênero no Brasil. Os possíveis resultados indicam que as mulheres negras continuam sendo alvos preferenciais da seletividade penal, e que a mídia desempenha um papel central na construção de um *ethos* negativo dessas mulheres negras ao longo do século XX/XXI.

PALAVRAS CHAVE: Sistema prisional. Mulheres negras. Discurso.

INTRODUÇÃO

O cárcere no cenário brasileiro se constitui como o reflexo de desigualdades estruturais e históricas que permeiam a sociedade, ao atuar como um espaço de exclusão e desumanização dos corpos, principalmente das mulheres pretas³. Essas muitas vezes acabam por serem invisibilizadas dentro dos debates públicos e acadêmicos, ao enfrentarem

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade da UEG Câmpus Cora Coralina. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior E mail: jfjessikaruy2015@gmail.com

² Artigo produzido como resultado parcial das pesquisas da dissertação de Mestrado.

³ No presente estudo optou-se por utilizar o termo *preta* baseando-se nos pressupostos de Foucault. Para o autor, o poder não se constitui apenas como repressivo, mas como um ato produtivo, a partir do qual sujeitos se compreendem e se fazem serem compreendidos perante a sociedade. Além disso, Foucault (1996) pontua que a linguagem é um dos dispositivos através do qual o poder opera. Ao escolher o termo *preta* que possui um histórico de exclusão e estigmatização, mas com a apropriação dessa escolha lexical, leva modificação do seu uso, ao transformá-lo em símbolo de identidade.



discriminações relacionadas com classe, gênero e raça, possibilitando uma perpetuação da marginalização desses corpos. O presente estudo tem como objetivo analisar a produção de subjetividades femininas pretas no cárcere, destacando como suas vivências e saberes vão regulamentar as exclusões vivenciadas por elas, mas também permite mecanismos de resistência.

A presente pesquisa se justifica pela lacuna existente nos estudos sobre a mulher preta em cárcere, principalmente nos documentos oficiais e as pesquisas realizadas na área, onde a ausência de dados específicos demonstram a construção discursiva que acaba por desvalorizar a existência desses corpos. A compreensão dessa invisibilidade é essencial para a ampliação das discussões sobre desigualdade social, os direitos humanos e as condições históricas que levam a sua marginalização.

Dentro do ambiente penitenciário, as mulheres pretas vivenciam processos de subjetivação atravessado por um sistema de controle e disciplina, configurando o biopoder e a biopolítica. Além disso, surgem as resistências nas narrativas, indicando formas de insurgência contra a desumanização e a anulação da cidadania.

O estudo fundamenta-se teoricamente nos pressupostos de Foucault (2010; 2014) para as discussões sobre poder e disciplina, além disso, possibilitam compreender os dispositivos de controle que são exercidos dentro do cárcere. Ademais, usa-se os conceitos de interseccionalidade, de Akotirene.(2023); as discussões sobre gênero residem nas teorias de Butler (2003); e as discussões sobre a mulher preta no cárcere serão fundamentadas em Davis (2024).

Metodologicamente, adota-se uma análise documental dos relatórios oficiais, como o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e as legislações relacionadas com o objetivo de demonstrar as lacunas, limitações e contradições das políticas públicas que impactam de forma direta na vida das mulheres pretas no cárcere. A pesquisa busca, assim, trazer à tona vozes que foram historicamente silenciadas, contribuindo para uma compreensão ampla do sistema prisional.

Finalmente, ao se analisar a discriminação a partir do viés de classe, gênero e raça, o presente estudo não visa preencher apenas uma lacuna nos estudos a respeito da temática, mas fornecer subsídios para que sejam formuladas políticas públicas que levem em consideração as subjetividades dessas mulheres. Além disso, trazer uma contribuição crítica sobre o encarceramento a investigação realiza um diálogo com questões de igualdade e justiça social.



METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de pesquisar a identidade das mulheres pretas no cárcere ao longo da história. Além disso, alia métodos bibliográficos, quantitativos e de Análise do Discurso, para garantir uma compreensão das dinâmicas de opressão e resistência que acabam por modelar as identidades.

A primeira etapa metodológica é a revisão teórica, fundamentada nos pressupostos de Foucault (2010a; 2010b; 2014; 2023) sobre poder e disciplina. Esses conceitos possibilitam que sejam compreendidas as dinâmicas de controle e regulamentação dos corpos dentro do cárcere. Além disso, são trabalhados os conceitos de interseccionalidade, conforme discutido por Akotirene (2023). Davis (2016; 2024) discute as opressões específicas vivenciadas por mulheres pretas dentro do cárcere.

A segunda etapa metodológica é a análise dos documentos oficiais e dos relatórios institucionais que retratam a realidade do cárcere no Brasil. São investigados dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciário Nacional (Depen) e a Lei de Execução Penal (LEP). Por meio dessa análise, busca-se identificar as lacunas e verificar como as normativas acabam por impactarem na vida das mulheres pretas em cárcere, perpetuando a exclusão social e a invisibilidade dessa população.

A metodologia adotada nesta pesquisa é a abordagem arquiogenealógica, proposta por Foucault, visando mapear os processos históricos e discursivos que construíram a identidade feminina preta no cárcere. Essa abordagem combina a arqueologia que visa analisar as práticas e os discursos que configuram o tratamento recebido por essas mulheres no percurso histórico e a genealogia, que realiza uma investigação das relações de poder que sustentam(ram) essas práticas. Por meio delas, a pesquisa possibilita compreender as dinâmicas históricas e os mecanismos de disciplina.

Além disso, a pesquisa fundamenta-se em textos filosóficos que vão dialogar com as temáticas de resistência, poder e subjetividade, principalmente com os de Foucault que apresentam fundamentações para a análise das práticas institucionais e da produção de subjetividades. Ademais, conta com as contribuições da ativista Akotirene (2023) que fala sobre a interseccionalidade e demonstra como os atravessamentos entre classe, raça e gênero perpetuam uma marginalização das mulheres pretas. Utilizamos também as contribuições da filósofa Butler (2003) para explorar o conceito de performatividade e da sua relação com a

anais.ueg.br/index.php/EEHD



construção das identidades. Finalmente, a filósofa Davis (2024) discute sobre como a penalização da mulher preta é duplicada dentro dos presídios e que seu corpo não é visto e nem tratado da mesma forma que de outras mulheres brancas.

Finalmente, a análise dos dados acontecerá através da Análise do Discurso, fundamentada nos pressupostos de Foucault. Por meio dela será possível analisar como os enunciados institucionais perpetuam a marginalização das mulheres dentro do cárcere, assim como as narrativas de poder acabam por ter uma influência na construção das identidades. A interseccionalidade será usada para a compreensão de como classe, raça e gênero interagem nessas experiências.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo apoia-se em três pilares: as teorias de poder, o conceito de interseccionalidade e as reflexões sobre o cárcere de mulheres pretas. Esses aportes teóricos são mobilizados para compreender como o racismo e o sexismo acabam por estruturaram a experiências dos corpos pretos dentro do cárcere, ao inserir uma lógica de marginalização e exclusão social.

Foucault (2014) pontua que o cárcere se constitui como uma instituição que, além do controle sobre os corpos, também “produz subjetividades ajustadas aos padrões de normalização exigidos pela sociedade” (p. 45). O controle vai além da punição do corpo físico, ao operar sobre as condutas e os modos de existência desses indivíduos. No caso das mulheres pretas, os dispositivos são atravessados por estruturas de raça e patriarcalismo, ao reforçar os contextos de exclusão e opressão.

Exigem a “suavidade”, como uma economia calculada do poder de punir. Mas elas exigem também um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios, que seja o espírito ou antes um jogo de representações e sinais que circulem discretamente, mas com necessidade e evidência no espírito de todos (Foucault, 2014, p. 100).

Além disso, Foucault (2010) destaca que o saber é produzido e legitimado em certos contextos históricos, ao evidenciar como os enunciados a respeito dos crimes acabam por serem mobilizados e levam a perpetuação de certas desigualdades.

Como pontua Akotirene (2023), a interseccionalidade é uma ferramenta para a compreensão da raça, gênero e classe que vão interagir na construção das identidades das

mulheres dentro dos presídios. Ela pontua que cada uma dessas categorias não é vista de forma isolada, mas que acontece uma sobreposição ao gerar meios para resistir. Dentro do cárcere, a interseccionalidade vai atuar como mecanismo para compreender como as dinâmicas sociais e o poder atravessam a vida das mulheres, ao revelar os marcadores sociais que influenciam suas identidades.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (Akotirene, 2023, p. 27).

O feminismo negro e a representação do corpo preto no cárcere é representado por Davis (2016; 2024) que contribui para uma análise histórica e realiza uma crítica ao encarceramento feminino negro. Davis (2016) destaca que "a criminalização das mulheres negras foi consolidada no período colonial e se perpetuou através de políticas de exclusão e exploração econômica, especialmente após a abolição da escravidão" (p. 78). Por meio dessas políticas, acabaram por gerar uma narrativa de inferiorização desses corpos que acaba por serem refletidas na contemporaneidade, relacionando-se com a classe, o gênero e a raça.

Segundo Davis (2016, p. 26), "enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico [...] e do poder". Perante isso, a autora destaca que o sistema carcerário tem a sua atuação como uma extensão das práticas racistas e patriarcais que estão enraizadas dentro da sociedade. Além disso, destaca que a criminalização dos indivíduos pretos, principalmente do público feminino, possui uma relação com o colonialismo e ao racismo estrutural. As mulheres pretas são perpassadas pela invisibilização que apaga as suas narrativas de vida, além disso, a luta dessa parte da população é uma forma de contestar o encarceramento em massa.

imaginário aterrorizante construído pelos europeus sobre o africano e a África pela intensificação do corpo negro como portador do mal, para usar uma expressão foucaultiana, em oposição ao corpo branco como portador dos mais elevados atributos humanos. As polaridades instituídas entre as cores branca e negra resultaram, segundo Santos, numa estética sobre o negro e a África. Entendemos que tal estética seja apreensível pelas categorias do monstro e do anormal construídas por Foucault, reveladoras das construções culturais que assujeitam o corpo negro



para além da invalidação científica do conceito de raça, empreendida contemporaneamente pelos avanços da genética, determinando o imobilismo cultural que se desdobra em condenação social persistente. Mas alerta a autora que tantos os discursos anteriores à escravidão, como os construídos sob a égide do racismo científico, permanecem no imaginário relativo ao negro, ora potencializando, ora se alternando no campo das relações raciais (Carneiro, 2005, p. 125).

Carneiro (2005) pontua que o processo histórico e cultural da construção do imaginário europeu em relação ao africano, é embasado no racismo e na estigmatização do corpo preto. Para ela, foi criado pelos europeus uma ideia “aterrorizante”, na qual fazem a associação do corpo preto como mal, enquanto o corpo branco foi idealizado como detentor de bons atributos da humanidade. Além disso, Carneiro destaca que o corpo preto é associado a monstruosidade e a anormalidade, conceitos que são apresentados por Foucault ao descrever o meio pelo qual o sistema de poder e saber acabam por criar essas categorias que levam a marginalização e o controle dos corpos.

Dessa forma, nota-se que o encarceramento feminino de corpos pretos se mantém através de uma conservação do racismo e do sexismo, que são perpetuados através da seletividade penal e reforçam a exclusão social. Por meio dessa articulação teórica fundamenta-se uma análise de como o sistema carcerário se reproduz, mas possibilita debates sobre a justiça social e a igualdade de direitos.

RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos que esta pesquisa possibilite uma compreensão dos processos sociais e históricos que acabaram por modelar a identidade das mulheres pretas nos presídios do Brasil. Além disso, compreendermos como o conceito de acontecimento (Foucault, 2008) demonstra uma ruptura discursiva que vai levar ao surgimento de novos enunciados e práticas sem se limitar a um único evento histórico. Na visão do autor, os acontecimentos se constituem como fenômenos discursivos que modificam os regimes de verdade. Dessa forma, com a aplicação do conceito ao objeto de estudo visamos demonstrar como os discursos constroem as subjetividades, além de identificar os momentos nas quais essas narrativas são ressignificadas. Por meio da descrição e da análise dos enunciados e das práticas de punição, podemos demonstrar como a interseccionalidade entre classe, gênero e raça acabam por serem operadas para levar à marginalização e à criminalização desses corpos, ao apresentar as regularidades e as transformações que aconteceram desde a colonização até a neocolonização.

Por meio dessa pesquisa, desejamos que aconteça a identificação dos padrões de opressão que reverberam ao atravessarem os sujeitos. Além disso, verificaremos como as práticas de disciplina (Foucault, 2014) e de interseccionalidade (Akotirene, 2023) influenciam as relações de poder dentro dos presídios, ao reforçar a desumanização, exclusão e marginalização.

Também, a pesquisa deve mostrar como as estratégias de resistência se constituem como um desafio para o sistema de opressão, além de promover uma reconfiguração das identidades dessas mulheres (Butler, 2003).

Portanto, a pesquisa oferece fundamentação teórica e histórica que permitem discussões sobre o cárcere e a presença feminina no interior dele. Com a sistematização dos dados será possível descrever e analisar os enunciados que atravessam o cárcere e promover uma reflexão crítica sobre as práticas de adestramento, condução, docilização e utilização dos corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribui para a compreensão da complexidade da subjetividade dos corpos pretos dentro do cárcere. Com a articulação dos conceitos de poder, interseccionalidade e mulher no cárcere, evidencia-se as dinâmicas de exclusão de classe, gênero e raça que perpetuam as práticas discursivas que acabam por moldar as experiências desses corpos.

O sistema penal opera como um dispositivo de manutenção das desigualdades estruturais, sendo um espaço onde a opressão se une para reprodução da marginalização desses corpos. Além disso, as práticas midiáticas atuam na perpetuação de estereótipos que naturalizam a criminalização dessas mulheres.

Ademais do controle físico, as mulheres negras sofrem violências simbólicas que afetam a sua constituição identitária. O ambiente penitenciário se transforma em um ambiente onde a resistência e a agência, apesar de suas limitações, apresentam-se como pequenas formas de afirmação da subjetividade e da busca por dignidade. Com o engajamento em atividades coletivas, a educação ou em relações com outras presas, as mulheres encontram mecanismos para resistir e ressignificar suas identidades.

Todavia, o sistema prisional, ao se voltar na disciplina e na marginalização das mulheres, atua como uma extensão das opressões que elas vivenciam fora desse ambiente. Esse ciclo de exclusão acaba por reafirmar os estigmas raciais e de gênero. Ao mesmo tempo,



a criminalização das mulheres acaba por refletir um sistema que não consegue compreender as desigualdades que levam à sua inserção no cárcere, muitas vezes provocados por delitos de pequeno potencial ofensivo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional. Relatório de informações penitenciárias RELIPEN: 1º semestre de 2024**. Brasília: DEPEN, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 15.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.